
**LEITURAS CRÍTICAS DE ALUN
MUNSLOW: RELATIVISMO E CAPITAL
HISTORIOGRÁFICO NO
*DESCONSTRUINDO A HISTÓRIA.***

Daniel da Silva Klein

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e docente da área de História da Universidade Federal do Acre. E-mail: danieldasilvaklein1984@gmail.com

LEITURAS CRÍTICAS DE ALUN MUNSLOW: RELATIVISMO E CAPITAL HISTORIOGRÁFICO NO *DESCONSTRUINDO A HISTÓRIA*.**ALUN MUNSLOW'S CRITICAL READINGS: RELATIVISM AND HISTORIOGRAPHIC CAPITAL IN *DECONSTRUCTING HISTORY*.**

Daniel da Silva Klein

RESUMO

O artigo elabora num primeiro momento uma apresentação do livro *Desconstruindo a história* de Alun Munslow, situando seus elementos centrais em dois grandes temas. Desses, o primeiro é o que versa sobre a participação do referido texto no novo relativismo desconstrucionista, que dialoga com os pressupostos pós-estruturalistas de que a história é uma formação discursiva. O segundo ponto é a exposição acerca do tratamento que Munslow propõe para a historiografia, que deve estar orientada pela boa construção narrativa cujo fim seja sua aceitação social. A seguir elabora-se dois momentos de confronto com a obra, delimitando as contradições presentes no referencial teórico do próprio autor que usa Michael Foucault – este situando-se em oposição ao novo relativismo, e Roger Chartier que recusa a noção de um trabalho historiográfico descompromissado com a sociedade. Pretende-se, nesse sentido, problematizar um debate com um autor contemporâneo da área de teoria da história, objetivando-se expor que as teses defendidas por ele não se sustentam justamente pela sua incapacidade em articular seu referencial teórico com os argumentos que defende.

PALAVRAS-CHAVE:

Novo relativismo; pós-estruturalismo; confronto.

ABSTRACT

The article first elaborates a presentation of the book *Deconstructing history* of Alun Munslow, placing its central elements in two great themes. Of these, the first is about the participation of said text in the new deconstructionist relativism, which dialogues with post-structuralist assumption that history is a discursive formation. The second point is the exposition about the treatment that Munslow proposes to the historiographic text, which must be guided by the good narrative construction whose end is its social acceptance. The following two moments of confrontation with the work are elaborated, delimiting the contradictions present in the theoretical reference of the own text that uses Michael Foucault – this being situated in opposition to the new relativism, and Roger Chartier that refuses the notion of an uncompromised historiographic text with society. In this sense, it is intended to problematize a debate with a contemporary author of the area of history theory, aiming to expose that the theses defended by him are not supported precisely by his inability to articulate his theoretical framework with the arguments he advocates.

KEY WORDS:

New relativism; post-structuralism; confrontation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende elaborar uma discussão acerca de alguns elementos do livro *Desconstruindo a história* (MUNSLOW, 2009), de Alun Munslow, quais sejam: sua filiação ao novo relativismo pós-estruturalista e a tese de capital historiográfico eficiente. Munslow é um dos expoentes atuais do desconstrucionismo historiográfico e sua recepção acadêmica no Brasil alcança diversos cursos de graduação, mestrados e doutorados em história nas mais variadas instituições públicas e privadas de ensino (Verbete Munslow, Alun. 2019).

Além de sua recepção nas salas de aula, há uma vasta produção intelectual sobre o trabalho de Munslow. Selecionamos alguns desses artigos, dentre eles o de Gabriella Lima de Assis e Marcus Silva da Cruz, que discutem Munslow como um reforço a tese de que não existem interpretações do passado livres de pressupostos determinados pelo presente. Isso impossibilita ao historiador se isentar do mundo em que vive e olhar o passado com imparcialidade (ASSIS; CRUZ; 2010, p. 113).

Assis e Cruz se enquadram no mesmo escopo do desconstrucionismo, aprofundando um debate sobre as contribuições de Hayden White a esse ramo teórico da historiografia. Afirmam, nesse sentido, que Alun Munslow definiu seu discurso justamente a partir do pensamento de White, que considera “que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores” (ASSIS; CRUZ, 2010, p. 114).

Há, porém, leituras críticas. Fernando Amed diz que os argumentos de Munslow no referido livro padecem de alguns problemas, sendo um deles a diaphonia¹. Demonstra que o *Desconstruindo a história* elabora uma oposição entre o desconstrucionismo e o reconstrucionismo, assumindo, porém, uma posição dogmática quando ao seu relativismo. Esse posicionamento não é oriundo de um ceticismo radical, logo, não está imune às críticas que elabora contra seus contendores (AMED, 2010, p. 167). Amed nota que falta “mais apuro na utilização do conceito de relativismo que, quando opera somente em uma via, deixa, por definição, de sê-lo para se transformar igualmente numa ortodoxia” (AMED, 2010, p. 171).

Noutra leitura de Nauber Gavski da Silva encontramos um confronto a ideia primordial de Munslow, a impossibilidade do conhecimento subjetivo de compreender a

¹ Termo que caracteriza, nesse caso em específico, duas vozes dissonantes presentes em um autor. No caso, a contradição presente em Alun Munslow que defende o relativismo e não o aplica a si mesmo.

objetividade do mundo real passado. Adepto do marxismo, Silva escreve que é possível distinguir que nem todos os discursos se equivalem, existindo alguns melhores que os outros para explicar processos históricos. O diferencial aí é o papel fundamental da teoria nessa explanação mais adequada (SILVA, 2012, p. 91), ou seja, a ciência historiográfica precisa “solicitar ao indivíduo conhecedor uma capacidade com intensidade especial, uma homogeneização. É a dedicação especial do homem a algo a conhecer. Nesse processo, a individualidade da pessoa deve se dissipar na ‘atividade humano-genérica’” (SILVA, 2012, p. 92).

Esse breve percurso nos demonstra que há leitores adeptos das teorias de Munslow, aqueles que questionam seu pouco relativismo e os que o contradizem utilizando pressupostos filosóficos orientados pela universalização do conhecimento. De nossa parte, percebemos que o *Desconstruindo a história* possui contradições internas que fraturam as bases de seus argumentos, tendo em vista que ao defender o novo relativismo e o capital historiográfico descompromissado, usa alguns autores referenciais que não coadunam com aquilo que diz.

A FUNDAÇÃO DO NOVO RELATIVISMO PÓS-ESTRUTURALISTA

Desconstruindo a história é um livro que se coloca dentro do arco pós-estruturalista do pensamento e, devido ao seu sucesso, põe em xeque um obituário apressado. Na avaliação de Anthony Giddens o estruturalismo e o pós-estruturalismo foram tradições mortas do pensamento, isso porque prometeram em sua juventude uma revolução que não foi cumprida no seu desenvolvimento intelectual (GIDDENS, 1999, p. 281). A voz de Alun Munslow é um dos muitos exemplos de que o pós-estruturalismo continua vivo, recuperando seus autores clássicos e montando um arcabouço teórico que vai dar base ao novo relativismo.

A alocação de Munslow nesse escopo do estruturalismo e seus seguidores vêm de sua tese central. Ele primeiramente situa-se em divergência com os que chama de reconstrucionistas, que colocam em foco a natureza da evidência como chave de uma recuperação precisa do passado. Afirma, nesse sentido, que essa perspectiva fracassou na lógica de correspondência da escritura historiográfica com a verdade do passado, afirmando que para os seus propósitos o:

discurso histórico é definido como um uso de linguagem compartilhado no qual o significado deriva não diretamente da intencionalidade do falante/escritos, como ator histórico ou historiador, nem somente diz respeito ao conteúdo do que é dito ou escrito, mas à estrutura formal e ao contexto em que a enunciação ou o texto é comunicado ou situado (MUNSLOW, 2009, p. 51).

A historiografia para ele, portanto, está regulada por uma estrutura da linguagem que a conforma, logo, ela é uma formação discursiva em si mesma, não sendo capaz de elaborar explicações que correspondam ao passado. Afirma que essa postura significa ainda mais explorar a noção de que nossa linguagem constitui e representa a realidade ao invés de a ela corresponder de forma transparente. Para Munslow a história formulada nesses termos deixa de possuir uma verdade fundamental capaz de ser conhecida (MUNSLOW, 2009, p. 41).

Assim, a interpretação histórica é sempre metafórica, porque a narrativa que pensa ser como o passado, nada mais é do que sua substituição. Diz que essas narrativas são sempre representações das memórias culturais e não imitações (MUNSLOW, 2009, p. 156). Isso significa dizer que o pensamento ocidental reconheceu que os conceitos centrais como homem, sociedade e cultura não se referem às coisas, mas a construtos linguísticos. Nesse entendimento, todas as ciências humanas fundadas na racionalidade, na certeza e inferência indutiva também se tornam prisioneiras dos modos figurativos dos discursos nos quais são compostas (MUNSLOW, 2009, pp. 164-165).

A perspectiva da referida obra é, dessa feita, a de propor uma desconstrução da historiografia tradicional, dando enfoque a um arcabouço teórico que privilegia um entendimento dela como parte de uma estrutura da linguagem. Essa abordagem se inscreve no pós-modernismo histórico que congrega autores de vários matizes como Hayden White, Dominick LaCapra, David Harlan, Keith Jenkins, F.R. Ankersmit e outros. Esse grupo, segundo Munslow, também acredita não haver uma verdade fundamental na história, tendo em vista que se interessam “mais na relação entre a forma e o conteúdo (origem e interpretação) e no inevitável relativismo da compreensão histórica” (MUNSLOW, 2009, p. 34).

Sendo a historiografia um objeto de uma dada construção linguística, ela tem somente um valor simbólico onde suas narrativas internas constitutivas se equivalem. O desdobramento desse desenvolvimento intelectual foi consolidado, dentre tantos nomes, por Keith Jenkins:

Julgamos a ‘precisão’ dos relatos de historiadores vis-à-vis as interpretações de outros historiadores, e não existe nenhuma narrativa, nenhuma história ‘verdadeira’, que, ao fim, nos possibilite confrontar todos os outros relatos com ela – isto é, não existe nenhum texto fundamentalmente ‘correto’ do qual as outras interpretações sejam apenas variações; o que existe são meras variações (JENKINS, 2005, p. 32).

Esse relativismo é substancialmente diferente daquele originário da virada do século XIX para o XX. Naqueles anos os cientistas sociais, sobretudo Max Weber, preocupavam-se em construir pesquisas cujos resultados fossem plenamente reconhecidos e aceitos por chineses, por exemplo, mesmo que eles não tivessem nenhum interesse ou simpatia pelos valores culturais europeus. Acreditava-se no relativismo como um princípio de neutralidade axiológica por parte do cientista social (LOWY, 2000, p. 38).

Os propósitos desse novo relativismo são outros, porque se a história é definida dentro de um discurso, uma estrutura formal linguística, a natureza do real não estaria presente na pesquisa, que deve manter-se sempre sem solução. Ou como escreve o próprio Munslow:

o pensamento do novo historicismo sugere que nossa evidência e o discurso escrito que produzimos ao interpretá-la são específicos no tempo e no espaço – não há verdades históricas universais a serem descobertas ou valores transcendentais a serem elaborados (MUNSLOW, 2009, p. 50)

Nessa ótica modifica-se o método da história, que já não é mais estudar os contextos passados e sim produzir sentidos interpretativos dentro dessa formação discursiva. Esse novo historicismo não é uma opção para Munslow, mas uma necessidade porque a própria consciência humana funciona manipulando signos e metáforas, alterando determinantemente as visões acerca do passado. Diz que ela “nunca produzirá verdades essenciais, apenas revelará a constante interação entre interpretações linguísticas ou narrativas” (MUNSLOW, 2009, p. 166).

Mergulhados nesse rio, os sentidos se equivalem, os valores analíticos tornam-se parciais e há uma ênfase acentuada na questão de que não há história verdadeira, mas tão somente narrativas que se equivalem. A amplificação do campo de atuação do pós-estruturalismo está dessa forma garantida, tendo em vista que uma nova área de atuação da historiografia se abre, porque ela deve atuar somente na comparação das “explicações sobre o que aconteceu por um acordo básico de que ninguém está inventando o que ocorreu” (MUNSLOW, 2009, p. 110).

A EFICIÊNCIA DE UM PRODUTO DO CAPITAL HISTORIOGRÁFICO

O outro propósito do livro em pauta aqui é o de fundamentar o desconstrucionismo pós-estruturalista como uma corrente teórica capaz de distinguir qual história é boa ou ruim, fugindo assim do arcaico paradigma de saber como o passado de fato foi. O arcaísmo desse projeto falido, para Munslow, reside no fato de que os historiadores não podem verificar o passado através da evidência e devem assumir o seu papel de produtores de sentido, capazes de manejar um capital historiográfico simbólico que deve orientar-se pela aceitação daquilo que contam.

Dessa forma a evidência não é a realidade porque o seu acesso se dá através de mediadores perpassados por silêncios, ausências, colapsos entre significante-referente, a artificialidade dos arquivos, as tendências do historiador e etc. Para ele é melhor que as narrativas sejam vistas como propostas de representação do passado, sugerindo possíveis correspondências com o acontecido. Quando essas correspondências assumem uma aceitação mais ou menos universal, tal como a noção de Guerra Fria ou Revolução Industrial, elas se tornam a realidade do passado. Ou seja, o passado é um saber linguístico (MUNSLOW, 2009, p. 96).

Esse tema não é original de Munslow, tanto que foi trabalhado por Hayden White quando discutia as questões envolvendo as periodizações medievais e como elas foram se incorporando nos relatos hegemônicos da época. White argumenta que a necessidade de classificar determinados acontecimentos é que faz com que a cultura de um grupo permita que uma representação narrativa seja vista como os eventos reais, ou seja, a invenção dessas periodizações virou o desenrolar temporal de um tempo da idade média (WHITE, 1992, p. 25).

Nesse campo de possibilidades, a história resultaria não do debate sobre essa realidade do passado como tal, mas das propostas narrativas conflitantes acerca da natureza e possíveis significados dos eventos. Isso leva o autor a se perguntar como “podemos discernir a história boa da história ruim?”. Para os reconstrucionistas historiográficos a resposta para essa pergunta estaria no nível de carência de uma narrativa e sua correspondência com as fontes contextualizadas, mas para o desconstrucionista:

O que constitui uma boa história é, portanto, autorreflexão suficiente para reconhecer seus limites, estando especialmente atenta para o fato de que a escrita da história é, de longe, mais precária e especulativa do que os empiristas geralmente admitem. A história desconstrucionista aceita abertamente o papel de oposição para o historiador como alguém que deve desafiar as noções estabelecidas de autoridade

na sociedade contemporânea, recusando-se a organizar o passado relacionando origens e causas com a busca pela verdade certificada pela evidência (MUNSLOW, 2009, p. 97).

A evidência nesse quadro é abandonada como base de acesso à verdade e transforma-se em um suporte para os estudos das convenções de representações históricas, onde ela vira um elo privilegiado de classificação das narrativas (quais são as boas e ruins). O argumento do historiador transforma-se em um produto literário, manejando fontes e produzindo interpretações que vão definir se são ou não eficientes – uma história eficiente não necessariamente é boa sob essa ótica.

No arranjo proposto, os escritos historiográficos devem ser trabalhados literariamente para atingir os objetivos de aceitação social eficiente. Os desconstrucionistas não relegam o valor da evidência, mas a colocam “inevitavelmente em um papel secundário em relação ao funcionamento da linguagem – a forma narrativa acima do conteúdo” (MUNSLOW, 2009, p. 171). Mais uma vez retomamos White nesse assunto, porque ele diz que um texto elaborado com esses princípios constroem uma realidade com regularidade, globalidade e integridade que não deixam espaço para a ação humana, mas a identificação imaginária (WHITE, 1992, p. 35).

Outra relação possível dar-se com Robert Darton, que propõe metodologicamente como devem ser organizadas as narrativas no novo relativismo. Diferentemente da microhistória que se concentra na reconstrução sistemática dos mundos sociais, essa outra perspectiva visa entender como as pessoas constroem suas experiências através dos meios de comunicação, opinião pública e memória coletiva (DARTON, 2005, p. 294). O que muda são os métodos e as ambições, tratando da investigação de como os eventos se desenrolam ao longo do tempo através de seus múltiplos significados, ou seja, trata-se do enfoque de como esses relatos “ecoaram através de vários meios de comunicação” (DARTON, 2005, p. 303).

A pesquisa vira, assim, um ornamento ao bom escrito historiográfico, que vira um analista de versões sobre passado, mas isso levanta uma questão moral: “Como seremos prontamente capazes de fazer a diferença entre a plausibilidade do efeito de verdade e o fato?” (MUNSLOW, 2009, p. 97). O ornamento literário proposto visa questionar e problematizar a ética com vistas a aceitação textual e, em última instância, isso se aplica ao

entendimento de eventos terríveis. O holocausto nazista, por exemplo, não daria espaço para debates sobre aquilo que ele significa, se pergunta,

apenas variações bastante limitadas de formas nas quais o Holocausto Nazista (bem como outros eventos traumáticos ou que são considerados de extrema importância nacionalistas, de classe ou raça) podem ser representados de maneira que o significado dado a eles não seja obscuro? (MUNSLOW, 2009, p. 196).

A resposta para essa pergunta partiria para uma regra inflexível, de que muita imaginação é simplesmente inapropriada para a representação de certos eventos empíricos? Munslow é enfático ao dizer que não há resposta certa para isso, preferindo afirmar que a questão da verdade é complexa e não requer respostas apressadas. Nos informa somente que a consciência desconstrucionista reconhece a natureza sublime do passado, sua ausência de significado e conseqüente falta de verdade (MUNSLOW, 2009, p. 197).

DIÁLOGOS (CRÍTICOS) COM FOUCAULT

Alun Munslow usa como autoridade teórica preferencial Michel Foucault, que serve para dar fundamento aos elementos desconstrucionistas que opera, elaborando algumas afirmativas que entram em contradição com os trabalhos do filósofo francês. Ele entende que a pesquisa de Foucault o levou em direção às leis históricas da mudança social, entendendo-as como uma rede sincrônica de relações de poder. Nas suas palavras, na “linguagem do estruturalismo, a história foucaultiana não se desenvolve diacronicamente, mas é melhor compreendida sincronicamente, como estrutura explosiva” (MUNSLOW, 2009, p. 176).

Segue afirmando que infelizmente não somos capazes de escapar de nossa episteme e, logo, não poderemos saber o que constitui a mudança histórica. Temos a capacidade somente de mapear essas mudanças cataclísmicas. Essa interdição de acesso ao conhecimento do passado e a insistência na pesquisa essencialmente descritiva não coaduna com aquilo que está dito em *A arqueologia do saber*. Nela, Foucault analisa que a história das ideias se encarregou, num nível maior, de fundar um princípio de coesão que organiza o discurso. Essa organização não deu atenção às pequenas diferenças e que há conflitos envolvendo desejos, influências e condicionamentos sociais. Ou, por outro lado,

o que se descobre, então, é uma continuidade plástica, é o percurso de um sentido que toma forma em representações, imagens e metáforas diversas. Temáticas ou sistemáticas, tais coerências podem ser explícitas ou não: podemos procurá-las no nível de representações de que tinha consciência o sujeito falante, mas que – por razões e circunstância ou por uma incapacidade ligada à própria forma de sua

linguagem – seu discurso não foi capaz de exprimir; podemos procura-las, também, em estruturas que teriam coagido o autor, mais do que este as teria construído, e que lhe teriam imposto, sem que disso ele se desse conta, postulados, esquemas operatórios, regras linguísticas, um conjunto de afirmações e de crenças fundamentais, tipos de imagens, ou toda uma lógica da alucinação. Enfim, pode ser o caso de coerências que estabelecemos no nível de um indivíduo – de sua biografia, ou das circunstâncias singulares de seu discurso – mas que podemos também estabelecer segundo marcos mais amplos e dar-lhes as dimensões coletivas e diacrônicas de uma época, de uma forma geral de consciência, de um tipo de sociedade, de um conjunto de tradições, de uma paisagem imaginária comum a toda uma cultura (FOUCAULT, 2004, p. 168).

A citação é longa, mas necessária. Aí podemos ler a amplitude proposta por Foucault para análises de formações discursivas, notadamente sua complexidade. Estão presentes formulações que tentam dar conta dos conflitos, coerências, das questões de autonomia na produção de um discurso pelo sujeito falante, consciente, mas que também pode ser inconsciente e determinado e do estabelecimento de relações entre o individual e o coletivo nas dimensões diacrônicas. Tais pressupostos estão longe de uma leitura que ‘é melhor compreendida sincronicamente’ como pretende Munslow.

As vias múltiplas entre realidades sincrônicas e diacrônicas transformam as publicações de Foucault em um conjunto de propostas problematizantes das relações entre as pessoas e culturas, dos discursos feitos por indivíduos e aqueles que se organizam socialmente. Essas observações não se limitam ao mapeamento dessas formações linguísticas, mas sua análise procurando dar conta de uma verdade aberta: de que a contradição funciona, ao longo do discurso, como seu princípio de historicidade (FOUCAULT, 2004, p. 170).

Para Munslow, Foucault demonstra que a linguagem se transformou em apenas mais uma coisa no mundo, não possuindo um caminho de acesso para o interior da realidade e que a consciência desconstrutiva reconhece a ausência de significado no passado e sua falta de verdade (MUNSLOW, 2009, p. 180 e 197). Esse é o cerne de seu argumento em prol da defesa de uma historiografia ancorada no novo relativismo, que não tem uma relação precisa com a análise arqueológica foucaultiana. A arqueologia do saber de Foucault prega

o primado de uma contradição que tem seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição, mas não para nivelar todas as oposições em formas gerais de pensamento e pacificá-las à força por meio de um a priori coator. Trata-se, ao contrário, de demarcar, em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas se constituem, definir a forma que assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que comandam. Em suma, trata-se de manter o discurso em suas asperezas múltiplas e de suprimir, em consequência disso, o tema de uma contradição uniformemente perdida e reencontrada, resolvida e sempre renascente, no elemento indiferenciado do logos (FOUCAULT, 2004, pp. 175-176).

O anti-relativismo foucaultiano fica mais evidente nessa fala, que gira em torno da demarcação, em um estudo, das determinações discursivas e, principalmente, dos domínios que as comandam. Os próprios termos de Foucault servem para aprofundar as divergências explícitas com Munslow, sobretudo seu silêncio em relação aos eventos traumáticos.

A teorização pacificadora duramente criticada na passagem de Foucault é repetida por Munslow quando discute Hayden White e a questão do holocausto. Ele afirma que a ficção desse evento comporta variações bastante limitadas de formas nas quais pode ser representado, mas, ainda assim, diz que não há uma resposta certa que justifique esse enquadramento. Essa falta de justificativa se aplica também as questões de nação, classe ou raça como foi visto (MUNSLOW, 2009, p. 196).

A postura pretensamente pacífica de Munslow não demarca o domínio que comanda o holocausto – usando aqui uma terminologia foucaultiana – e emudece a respeito de qual é o seu significado. Essa interpretação em nada lembra Michel Foucault, muito pelo contrário, tenta jogar seu legado nesse relativismo coator.

CONFRONTOS COM ROGER CHARTIER

Outro autor citado por Alun Munslow, Roger Chartier, é descrito hora como um escritor que fala da impossibilidade de acesso ao passado pela historiografia, noutra como membro destacado do novo relativismo (MUNSLOW, 2009, p. 34; 41; 145). A contradição nesse caso fica mais acentuada na medida em que Chartier ataca o centro da tese desconstrucionista pós-moderna, de que o acesso à verdade passada é impossível e confronta justamente a pretensa pureza literária do capital historiográfico.

Sua abordagem é de que o saber histórico não pode de fato permanecer preso ao paradigma galileano, matemático e dedutivo sobre a verdade, escrevendo que é possível fugir da redução da historiografia a uma atividade literária de simples curiosidade, aleatória. Nos diz que ela é uma prática científica produtora de conhecimentos, cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das suas restrições e a instituição de saber onde é exercida, assim

a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’, se entendermos por isso ‘a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem controlar

operações proporcionais à *produção* de objetos determinados (CHARTIER, 2002, p. 100).

Diferentemente do que vimos anteriormente, aqui o debate direciona-se para o principal objetivo da tarefa do historiador, fornecer um conhecimento controlado que tenha uma intenção de verdade, sem falsificações ou qualquer ferimento a memória. Munslow diz que os dados históricos são vistos como representações de eventos e não eventos em si (MUNSLOW, 2009, p. 171) e a partir do que propõe Chartier isso não serve como um fundamento teórico para a desconstrução da história. Isso porque essa afirmativa, podemos dizer, é tão somente uma constatação trivial. É lógico que as evidências sobre o passado são documentos que filtram esses eventos e as narrativas historiográficas, versões contadas pelos historiadores.

Essas versões, para Chartier, possuem sim um caráter ficcional e contém verdades, logo, nem todos os pontos de vista sobre o passado se equivalem. Estabelecer uma verdade referencial nesse caso não é fácil e considerar essa tentativa como vã e inútil “é anular toda a possibilidade de atribuir uma qualquer especificidade à história, já que não lhe são próprias nem suas prefigurações tropológicas, nem suas modalidades narrativas” (CHARTIER, 2002, p. 113 e p. 116).

Tais observações vão de encontro a um artigo de Carlo Ginzburg que discute processos inquisitoriais, onde os descreve como dotados de vozes conflitantes. Elas estão dentro de uma evidência e fornecem códigos passíveis de decifração, então, confrontam as armadilhas postas por aqueles que negam o seu caráter referencial. Um cético, continua Ginzburg, poderia objetar que elas não contêm uma realidade e tentar responder a isso parece uma perda de tempo (GINZBURG, 1991, p. 16).

No fim das contas, nem mesmo um ceticismo moderado atende aos anseios historiográficos para a construção de seu escrito, isso porque os historiadores estão situados após os eventos, dotados de um contexto comparativo mais amplo. Longe de significar uma derrota, a leitura aí constituída em bases ideológicas pode ser compensadora (GINZBURG, 1991, p. 20). Ginzburg coloca em prática aquilo que Chartier aponta, de que cabe ao historiador experimentar falar sobre a verdade, mesmo sabendo que ela em si mesma é um objeto inatingível. A tentativa certamente irá produzir um conhecimento válido e pretensamente verdadeiro, algo que, com certeza, escapa sobremaneira daquilo que Munslow apregoa para o seu capital historiográfico desprovido de qualquer base ético-moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos centrais de Alun Munslow podem ser, grosso modo, resumidos em: a) na defesa intransigente de que a historiografia não possui bases para falar da verdade, logo b) seus produtos devem ser orientados pela boa constituição de um texto essencialmente descompromissado. É evidente que esses tópicos entram em contradição franca com Michel Foucault, que estudava profundamente a execução social dos poderes orientados para a submissão a níveis tanto mais amplos quanto individuais, ou seja, sua postura intelectual não coaduna com o relativismo. O simples fato de ao menos apontar quem detém o poder em uma determinada relação já escapa dessa premissa. Roger Chartier caminha nesse mesmo sentido, porque demonstra justamente a capacidade da historiografia em produzir um conhecimento válido, que é capaz de explorar as verdades do passado. Para ele o texto daí resultante é uma versão narrativa, mas que possui intenções éticas controladas.

Desconstruindo a história é, antes do mais, uma ode ao quietismo social porque renuncia toda e qualquer base crítica da historiografia. Seus elementos internos destituem do ofício historiográfico sua tradição em ler nas evidências as falas das entrelinhas, adjetivações pejorativas, os enquadramentos, luminosidades e etc que dão corpo a pesquisas que originam trabalhos históricos que questionam, confrontam problemas culturais ou apontam, por exemplo, violações dos mais variados tipos. Há uma falácia repetida no livro de que a história só seria verdadeira se falasse do passado tal qual ele foi, mas essa operação jamais será alcançada. Isso, porém, não é um impedimento para possamos ao menos dizer algo sobre a verdade e é aí que reside a legitimidade da história perante as demais ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMED, Fernando. Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical. In: Revista **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 04, pp. 163-177, março de 2010.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CRUZ, Marcus Silva da; ASSIS, Gabriella Lima de. Desconstruindo a história: Hayden White e a escrita da narrativa. In: Revista **Mosaico**, v. 3, n. 1, pp. 111-118, jan/jun. de 2010.

DARTON, Robert. “História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano”, pp. 290-304. IN: Revista **Varia história**, Belo Horizonte, n. 34, pp. 290-304, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 1, n. 21, pp. 9-20, set. 1990/fev. 1991.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

SILVA, Nauber Gavski da. Os limites da desconstrução e o papel da teoria no conhecimento histórico. In: Revista **Expedições: teoria da história e historiografia**, v. 3, n. 2, pp. 85-97, jul./dez. de 2012.

Site:

Verbete Munslow, Alun. Plano de curso em história. Disponível em: <http://twixar.me/KWgK>. Acesso em 09/04/2019.

Artigo recebido em maio de 2019. Aprovado em maio de 2019.